

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

#### 1.DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para os serviços de **LOCAÇÃO DE TRATORES COM OPERADOR E IMPLEMENTOS PARA MECANIZAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico (art. 28, I) via Registro de Preço (art. 78, IV) Lei 14.133/2021;
1.4	<b>Período:</b>	01 (um) ano a contar da assinatura do Ata de Registro de Preços
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço por lote

#### 2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Contratação de empresa especializada para **LOCAÇÃO DE TRATORES COM OPERADOR E IMPLEMENTOS PARA MECANIZAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2 O total de horas demonstrado no quadro abaixo, é relativo à estimativa total de horas **para um ano, podendo ser utilizado até 03 tratores**. Exemplo: Item 01, a administração estima um total de 03 tratores, podendo utilizar 3.089 horas por um ano, para cada máquina.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE/HORA	HORAS
L O T E 0 1	1	Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70cv, com tração 4x4, com <b>roçadeira hidráulica articulada</b> acoplada na traseira, com 1,2 a 1,5 metros de largura de corte, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.	25089	HORA PRODUTIVA	9.267 h



	2	Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70cv, com tração 4x4, com <b>roçadeira hidráulica articulada</b> acoplada na traseira, com 1,2 a 1,5 metros de largura de corte, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.	25089	HORA IMPRODUTIVA	2.781 h
L O T E 0 2	3	Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70cv, com tração 4x4, com <b>capinadeira hidráulica</b> acoplada na traseira, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.	25089	HORA PRODUTIVA	9.267 h
	4	Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70cv, com tração 4x4, com <b>capinadeira hidráulica</b> acoplada na traseira, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.	25089	HORA IMPRODUTIVA	2.781 h
L O T E 0 3	5	Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70 cv, com tração 4x4, com <b>vassoura mecânica acoplada e compartimento de armazenamento</b> de pelo menos 1600 litros, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.	25089	HORA PRODUTIVA	9.267 h
	6	Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70 cv, com tração 4x4, com <b>vassoura mecânica acoplada e compartimento de</b>	25089	HORA IMPRODUTIVA	2.781 h



		<b>armazenamento</b> de pelo menos 1600 litros, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.			
--	--	--	--	--	--

2.3 Para a quantidade de horas contratadas, poderão ser solicitados as quantidades de equipamentos a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70cv, com tração 4x4, com <b>roçadeira hidráulica articulada</b> acoplada na traseira, com 1,2 a 1,5 metros de largura de corte, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.	UNIDADE	03
2	Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70cv, com tração 4x4, com <b>capinadeira hidráulica</b> acoplada na traseira, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.	UNIDADE	03
3	Trator cabinado de rodas com potência mínima de 70 cv, com tração 4x4, com <b>vassoura mecânica acoplada e compartimento de armazenamento</b> de pelo menos 1600 litros, inclusive operador e combustível. Horímetro e hodômetro instalado.	UNIDADE	03

2.4 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.6 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 686/2024.



### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1 A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1 A contratação dos presentes equipamentos faz-se necessária embasada pelas premissas de ter a Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Friburgo suas diretrizes de trabalho definidas.

4.2 Além da agilidade, os equipamentos representam uma abordagem mais econômica, precisa e sustentável para manter as áreas limpas e bem conservadas, gerando uma melhor qualidade de vida, melhoria no turismo e valorização da cidade.

4.3 Executar tarefas de limpeza de forma mais rápida e eficiente do que o trabalho manual.

4.4 Ampliando e potencializando as atividades de limpeza e conservação do Município preservando assim o meio ambiente e a saúde pública.

4.5 Apresentar espaços públicos mais bem conservados e visivelmente mais bonitos e aconchegantes.

4.6 Manter a cidade limpa para eliminar possíveis focos de transmissores de doenças e infestações.

4.7 Melhorando, assim, a qualidade do serviço prestado a coletividade, uma vez que se trata de serviço essencial que deve ser prestado com regularidade e qualidade.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



5.1 Os serviços deverão estar de acordo com a Legislação vigente, com as Normas de Segurança do Trabalho e Prevenção de acidentes e dentro dos Padrões de qualidade e Normas Técnicas previstos pela ABNT.

5.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.3 Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para o seu pleno funcionamento.

5.4 A presente contratação deverá acompanhar a manutenção dos equipamentos, fornecimento de peças, seguro obrigatório, combustível, operadores, óleo lubrificante e hidráulico.

5.5 O maquinário deve conter horímetro e hodômetro instalado.

5.6 A empresa deverá apresentar contratação de empresa de seguro durante toda a vigência do contrato e o seguro deverá cobrir as seguintes situações:

5.6.1 Segurar o operador de qualquer acidente que causar, internação, invalidez ou morte;

5.6.2 Segurar veículos de terceiros, bem como quaisquer pessoas envolvidas no acidente que causar internação, invalidez ou morte;

5.6.3 Segurar patrimônios de terceiros (bens imóveis), haja vista que os equipamentos prestarão serviços em áreas urbanas, movimentadas e habitadas;

5.6.4 Segurar quaisquer acidentes de servidores da municipalidade que estiverem participando da operação, causados pelos equipamentos contratados.

5.7 Apresentar documentação dos operadores necessários para o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro (CNH dos operadores com a devida categoria e em validade).

5.8 A contratada deve observar a Resolução CONAMA n.º 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

5.9 A contratada deve fornecer aos operadores os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

5.10 Os tratores deverão conter adesivos de identificação, de forma visível e destacada com a logo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e com os dizeres: “A Serviço da Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Friburgo”.

5.11 Caso os veículos sejam usados pela contratada em outros trabalhos estranhos ao uso da municipalidade, ou em contratos com terceiros, fica a contratada proibida de usar as informações ditas anteriormente.

5.12 Excepcionalmente, os equipamentos poderão ficar à disposição do Município, em finais de semana e feriados, em casos de calamidade, ou em casos que a administração municipal julgue necessário, desde que devidamente justificado.

5.13 A Contratada deverá assegurar os EPI's - Equipamentos de Proteção Individual, aos operadores, objetivando neutralizar a ação de certos agentes que podem causar lesão aos trabalhadores, conforme Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE.

5.14 A Contratada deverá fornecer vestimenta de trabalho, com a logomarca da Prefeitura Municipal, com o mínimo de 02 (dois) conjuntos por trabalhador e efetuar a reposição assim que se encontrar imprópria para o uso, conforme estabelece NR-18, do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.15 O maquinário deverá estar em excelente estado de conservação, com toda a Documentação Regular e deverá estar em nome da empresa Licitante, ou de posse legal da mesma através de contrato de compra e venda ou de Locação firmado pela Licitante.

5.16 Os veículos deverão ser mantidos com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor.

5.17 Disponibilizar, para a execução dos serviços durante a vigência da contratação, equipamentos com **ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS.**

5.18 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.19 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, por se tratar de licitação por Sistema de Registro de Preço.



5.20 Cobrar tal garantia na Ata de Registro de Preços seria onerar o licitante em uma relação desigual, visto que a administração não é obrigada a contratar tudo aquilo que esteve registrado, mas o licitante será obrigado a prestar garantia daquilo que não foi ou não será contratado.

5.21 Tendo em vista que o sistema de preços não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada, mas tão somente a solicitação do quantitativo necessário e conveniente ao Requisitante.

5.22 Demais exigências, estimativas e quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

6.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, a contar da assinatura do contrato.

6.2 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa vencedora do presente certame, em prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, deverá apresentar todos os equipamentos contratados pela municipalidade, bem como documentação e operadores, necessários ao cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, para a execução dos serviços e operação do maquinário.

6.2.1 Entende-se como documentação necessária para cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro:

6.2.1.1 CNH dos operadores com a devida categoria e em validade;

6.3 O prazo para início dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas a partir da emissão da Ordem de Serviço a ser enviada pela Secretaria responsável pela execução do serviço.

6.3.1 O prazo que versa o item anterior poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, desde que, devidamente justificado pela CONTRATADA.

6.4 Os serviços serão prestados em todo o território geográfico do Município de Nova Friburgo.

6.4.1 A Secretaria requisitante elaborará cronograma e determinará a ordem dos locais a serem atendidos.

6.4.2 Excepcionalmente, desde que devidamente justificado, os veículos poderão sair dos limites do município de Nova Friburgo, desde que previamente autorizados pela Secretaria responsável,



estritamente para atendimento a demanda de interesse do município, vedada a utilização para fins particulares ou por terceiros.

6.4.3 o caso de necessidade de deslocamento para outros municípios, os mesmos serão prestados dentro do mesmo valor estipulado na licitação, sem ônus para o município.

6.4.4 Caso esse deslocamento para outro município seja em área de pedágio, o pagamento ocorrerá as espessas da contratada.

6.5 Os equipamentos poderão ser utilizados em **dias úteis**, no horário compreendido ente **07h00min e 17h00min**.

6.5.1 Excepcionalmente, os equipamentos poderão ficar à disposição do Município, em finais de semanas e feriados, bem como em períodos noturnos, em casos de calamidade, ou em casos que a administração municipal julgue necessário, desde que devidamente justificados.

6.5.2 Caso a administração venha a requerer os equipamentos em momentos excepcionais, conforme subitem 6.5.1, a empresa deverá:

6.5.2.1 Deixar de sobreaviso um número de operador e de equipamento para atender a municipalidade;

6.5.2.2 A administração pública deverá comunicar a empresa vencedora com antecedência a quantidade de operadores e equipamentos que ficarão de sobreaviso;

6.5.2.3 A medição das horas dos equipamentos e operadores que estiverem em sobreaviso se dará da seguinte maneira:

6.5.2.3.1 O período em que os equipamentos e operadores estiverem de sobreaviso, a marcação da planilha se dará nas horas improdutivas.

6.5.2.3.2 O período em que os equipamentos e motoristas/operadores estiverem a campo trabalhando, a marcação das planilhas de dará nas horas produtivas.

6.5.3 Os períodos em que equipamentos estiverem parados por motivos climáticos (chuva), a medição se dará nas horas improdutivas;

6.6 Se um equipamento quebrar e paralisar todos os serviços, todos os equipamentos locados, inclusive o equipamento quebrado, a administração pública ficará isento de marcação das planilhas e do pagamento.

6.7 A empresa vencedora do certame deverá disponibilizar um local (terreno, galpão), de fácil acesso, para ser a base dos equipamentos contratados pela municipalidade

6.7.1 Em caso de os equipamentos estiverem operando em localidades distantes, os mesmos poderão pernoitar em equipamentos públicos para segurança do bem e para agilidade na locomoção.

6.7.2 Nos casos decorrentes do subitem 6.7.1, o município ficará isento de quaisquer adventos, avarias, danos, roubos etc, que sobrevier sobre os equipamentos.

6.8 Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento.



6.9 Demais exigências, estimativas e quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

7.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.1.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.4 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

7.1.4.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

7.1.5 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



7.1.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.1.7.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.9 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.10 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **8. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

8.1 O Fiscal do contrato acompanhará e avaliará constantemente a execução do objeto e elaborará relatório das atividades desempenhadas pela Contratada.

8.2 O operador deverá preencher um diário de bordo (planilha de acompanhamento), a ser disponibilizado pela secretaria requisitante, que deverá conter: horário de início e término diário da prestação de serviços, data, local, hodômetro, horímetro, placa do veículo ou número de identificação e demais observações necessárias, para fins de fiscalização e cálculo de horas em que o equipamento ficou à disposição da municipalidade.

8.3 A marcação no horímetro se dará quando do EFETIVO início e término do serviço, comprovado através do Diário de Bordo (planilha de acompanhamento), bem como registro fotográfico do horímetro, ao início e término das atividades.

8.4 Ficará a cargo do Fiscal do Contrato a conferência das informações anotadas, sendo o mesmo responsável pelos dados contidos no diário de bordo.

8.5 Após conferência, o Fiscal e o operador, assinarão os diários de bordo.

8.6 A avaliação da execução do objeto utilizará o diário de bordo elaborado pelo operador, bem como o relatório elaborado pelo Fiscal do contrato designado por esta Secretaria, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.7 A redução no valor mensal pago não desobriga a contratada do cumprimento dos termos do Edital e do Contrato, estando sujeita a sanções cabíveis por descumprimento de obrigações.

8.8 A fiscalização do contrato comunicará, formalmente por e-mail ou outro meio digital, à empresa CONTRATADA toda e qualquer falha, deficiência ou não conformidade verificadas durante a execução dos serviços, cabendo a esta a imediata correção dos problemas apontados, dentro dos prazos definidos no Termo de Referência, às suas integrais expensas, sem prejuízo das sanções cabíveis previstas no instrumento contratual.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a sua forma eletrônica, por meio do Sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

9.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de

contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**9.12.1 Habilitação Jurídica:**

9.12.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.12.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.12.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt->

br/empreendedor;

9.12.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12.1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.12.1.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.13 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:**



9.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.12.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.2.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.12.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.12.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.2.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.12.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.2.7.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.



10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1 **Gestão/Unidade:** Secretaria Municipal de Serviços Públicos

10.2.2 **Fonte de Recursos:** 17200000017

10.2.3 **Programa de Trabalho:** 09001.0412200012.002 – Manutenção dos Serviços Administrativos e Execução de Programas

10.2.4 **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.29

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância aos Decretos nº 2.480 de 30 de outubro de 2023 e Decreto nº 2.493 de 07 de novembro de 2023.

11.2 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº 2.480 de 30 de outubro de 2023 e Decreto Municipal nº 2.493 de 07 de novembro de 2023, desde que as Certidões listadas abaixo estejam dentro da validade.

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal- abrangem as Contribuições Sociais; FGTS; PGE- Referente Dívida Ativa Estadual; Municipal- referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual - CND- referente ao ICMS.

11.3A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

12.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Serviços Públicos.



RUBRICA:\_\_\_\_\_ FOLHA:\_\_\_\_\_

<b>GESTOR:</b>	<b>APOIO TÉCNICO:</b>
<p>_____</p> <p><b>Jackson Braga da Silveira</b> Matrícula: 062.887</p>	<p>_____</p> <p><b>Luiza Pereira Silva</b> Matrícula: 115.254</p>

Ciente, de acuerdo:

**Marcelo da Silva Pereira**  
Secretário Municipal de Serviços Públicos  
Matrícula: 100.530